

Pela primeira vez o saldo orçamental até agosto é positivo (402 ME)

A execução orçamental em contabilidade pública das Administrações Públicas (AP) até agosto registou uma melhoria de 982 milhões de euros (ME) face a 2018, atingindo pela primeira vez neste período um saldo positivo de 402ME. Esta melhoria do saldo foi o resultado de um crescimento da receita de 4,6% e da despesa de 2,7%.

O valor do saldo orçamental em contabilidade pública é beneficiado por efeitos que não têm impacto no apuramento em contas nacionais, na ordem dos 400ME.

Receita evolui com o crescimento da atividade económica e do emprego

A receita fiscal cresceu 4,4%, com destaque para o aumento do IVA em 8,1% e do ISP em 9,5%, apesar da redução das taxas de vários impostos: IRS (aumento do número de escalões e do mínimo de subsistência), IVA (diminuição da taxa de vários bens e serviços) e ISP (redução da taxa aplicada à gasolina em 3 cêntimos). A dinâmica da receita é essencialmente justificada pelo bom desempenho da economia.

O comportamento favorável do mercado de trabalho traduz-se na evolução da receita das contribuições para a Segurança Social, que cresceram 8,6% até agosto.

Crescimento da despesa pública explicado pelo aumento da despesa com a saúde, prestações sociais e investimento público

A despesa primária cresceu 4%, influenciada pelo forte crescimento da despesa do SNS em 5,2%, atingindo máximos históricos.

A despesa com salários aumentou 4,7%, refletindo o processo faseado de descongelamento das carreiras entre 2018 e 2020, destacando-se o crescimento expressivo na despesa com professores (3,9%) e profissionais de saúde (6,9%).

A despesa com pensões da Segurança Social cresceu 5,4%, refletindo o facto de a generalidade dos pensionistas ter aumentos nas pensões e de a grande maioria ter



aumentos superiores à inflação pelo segundo ano consecutivo, o que acontece pela primeira vez na última década. Acresce ainda o impacto dos dois aumentos extraordinários de pensões, ocorridos em agosto de 2018 e em janeiro de 2019.

A evolução da despesa é também explicada pelo crescimento das prestações sociais (4,5%), em particular o forte aumento da despesa associada ao abono de família (10,6%) e à Prestação Social para a Inclusão (27,4%)

Merece ainda referência o significativo crescimento do investimento público na Administração Central de 24%, excluindo PPP. Destaca-se o investimento no sector dos transportes sobretudo na CP (79%) e Infraestruturas de Portugal (26%).

Pagamentos em atraso diminuem 208 ME, principalmente nos hospitais públicos com uma redução de 186 ME

Os pagamentos em atraso reduziram-se acentuadamente em 208 ME face a igual período do ano anterior, explicado em grande medida pela diminuição de 186 ME nos Hospitais E.P.E.

Lisboa, 26 de setembro de 2019

Mónica Paredes

Miguel Correia Pinto

Assessoria de Imprensa

Gabinete do Ministro das Finanças
Av. Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 881 68 61 / + 351 21 881 69 37

FAX + 351 21 881 68 19
www.portugal.gov.pt